



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**JUSTIFICATIVA**

*Senhores(a) Vereadores(a),*

Encaminhamos para apreciação e deliberação desta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, através do qual propomos a aplicação de penalidades para aqueles que organizarem, promoverem ou participarem de festas clandestinas no município de Garça, enquanto perdurarem as medidas sanitárias decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus.

Destaque-se que a Constituição Federal de 1988 classifica o direito à saúde como um dos direitos e garantias fundamentais (Título II) do povo brasileiro.

Ademais, a Carta Magna outorgou, em seu artigo 23, a competência comum à União, aos Estados e aos Municípios para cuidar da saúde e assistência pública.

Neste diapasão, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, mais de 460 mil mortes pela COVID-19 já foram confirmadas no Brasil, cujos o óbitos, em nossa cidade, se aproximam de uma centena (93 vítimas, até a presente data).

Registre-se que, por se tratar de uma doença infecciosa, as autoridades sanitárias recomendam o isolamento social. Desta forma, além de inoportuna, a realização de festas clandestinas neste período coloca em risco a vida de inúmeros Garcenses, algo que não pode ser tolerado por esta Casa de Leis.

Neste contexto, surge a presente propositura, com o intuito de se reduzir o contágio do vírus, em especial de suas novas cepas, ainda mais letais e contagiantes, preservando o maior número de vidas possível.

Observe-se que o valor da multa será de 150 UFG (R\$ 531,00) para as pessoas físicas que estiverem participando de festas clandestinas, e de 500 UFG (R\$ 1.770,00) para as pessoas físicas ou jurídicas que estiverem organizando, promovendo ou se beneficiando, a qualquer título, de tais festas.

Por outro lado, poderá haver a interdição do espaço público, a fim de dispersar ou evitar aglomeração, bem como a interdição e suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial por 30 dias, desde que reincidente.

Ante a relevância temática, requer-se a aprovação pelos Nobres Pares do Projeto de Lei em análise.

  
**PEDRO SANTOS**  
**VEREADOR – PSDB**



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**PROJETO DE LEI Nº 45 /2021**

*(de autoria do Vereador Pedro Santos)*

**ESTABELECE PENALIDADES PARA AQUELES QUE PARTICIPAREM OU  
PROMOVEREM FESTAS CALNDESTINAS DURANTE AS MEDIDAS SANITÁRIAS  
DECORRENTES DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS**

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece penalidades para aqueles que organizarem, promoverem ou participarem de festas clandestinas no município de Garça, enquanto perdurarem as medidas sanitárias decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus.

**Parágrafo único.** Para os fins dispostos nesta Lei, consideram-se festas clandestinas as aglomerações irregulares, abertas ou acessíveis ao público, em desacordo com a legislação em vigor, com caráter organizado ou não, realizadas em espaços públicos ou privados, em ambiente urbano ou rural, destinadas ao entretenimento de jovens e adultos.

**Art. 2º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às seguintes penalidades:

I – multa equivalente à 150 (cento e cinquenta) UFG para as pessoas físicas que estiverem participando de festas clandestinas;

II – multa equivalente à 500 (quinhentos) UFG para as pessoas físicas ou jurídicas que estiverem organizando, promovendo ou se beneficiando, a qualquer título, de festas clandestinas, cuja reincidência ensejará sua aplicação em dobro;

III – interdição do espaço público, a fim de dispersar ou evitar aglomeração;

IV – interdição e suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial por 30 (trinta) dias, desde que reincidente.

**Parágrafo único.** Sem prejuízo do disposto neste artigo, deverá ser encaminhado à autoridade policial, no prazo de até 30 (trinta) dias, cópia do auto de infração lavrado.

**Art. 3º** Ao Poder Executivo caberá o emprego dos meios materiais e humanos disponíveis para a escoreita execução desta Lei.

**Parágrafo único.** Os agentes municipais investidos no poder de polícia administrativa que tiverem ciência do descumprimento do disposto nesta Lei, mas se omitirem no seu cumprimento, responderão nos termos da legislação de regência.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**

### **ESTADO DE SÃO PAULO**


---

**Art. 4º** Os valores arrecadados pelas multas previstas nesta Lei serão revertidos ao Fundo Municipal de Saúde, destinando-se a custear, preferencialmente, as despesas decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garça/SP, 31 de maio de 2021.

  
**PEDRO SANTOS**  
**VEREADOR – PSDB**